

Universidade Estadual de Goiás
Unidade Universitária de Itaberaí-Goiás

Fabiana dos Santos Santana
Flávia Cristina da Silva

Educação Especial: Formação dos Professores na Cidade de
Itaberaí

Itaberaí-GO
Junho/2013

Universidade Estadual de Goiás
Unidade Universitária de Itaberaí-Goiás

Fabiana dos Santos Santana
Flávia Cristina da Silva

Educação Especial: Formação dos Professores na Cidade de
Itaberaí

Trabalho de conclusão de curso sob a
orientação do professor Arcângelo
Scolaro.

Itaberaí-GO
Junho/2013

1 - EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E AS ESPECIFICIDADES DE CADA DEFICIÊNCIA

Esse primeiro capítulo aborda a educação especial como uma maneira de auxiliar as crianças com necessidades especiais em seu desenvolvimento, para possibilitar a elas a sua integração no ambiente da escola regular.

A visão sobre a educação especial vem se transformando, porém há alguns paradigmas enraizados em nossa cultura que ainda precisam ser superados. Há uns anos atrás o deficiente era visto como pessoas impuras e muitas vezes estes ficavam presos até mesmo em porões. E não tinha convívio com a sociedade e família, era negado também a eles o conhecimento, pois não frequentavam a escola.

Há um breve histórico das transformações ocorridas na Educação Especial por meio de criação de leis que garantem que é direito das pessoas portadoras de necessidades especiais ter acesso à educação, podendo ser em classe regular ou especial.

A Constituição Brasileira de 1824 garantia a todos os cidadãos o acesso à escola gratuita, sendo que nesse grupo de cidadãos não incluía as pessoas com deficiências.

Em 1934, a Constituição apresenta a responsabilidade em relação à educação especial, mas são poucos os números de alunos com deficiências matriculados.

Todas as pessoas têm o direito a educação, sendo dever do Estado e da família garantir isso às crianças. Está estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu artigo 208, inciso III: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. Pois a criança com necessidade especial necessita de se socializar, portanto deve conviver com a diferença, respeitando e sendo respeitada.

De acordo com MAZZOTTA (2011) as iniciativas oficiais no campo da educação especial no Brasil tiveram início no ano de 1957. Foi somente em 1961 que a educação especial começa a adquirir importância devido a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, pois de acordo com Gaio e Meneghetti (2012) até nesse momento eram realizadas apenas campanhas incentivando as pessoas a fazerem cursos sobre o assunto.

A Educação Especial é um apoio à escola regular, ou seja, complementa o ensino utilizando metodologias específicas para suprir a necessidade destes alunos, sendo elas: deficiência física, auditiva, visual e mental.

A Educação Inclusiva respeita as diferenças, valorizando cada ser na sua individualidade e a partir das diversidades elabora conteúdos e metodologias para ensinar na diferença. A educação inclusiva, não apenas educa e ensina as crianças com deficiência, mas educa e ensina a toda as crianças da escola para a diversidade e a cidadania, para a igualdade de direitos e para a solidariedade.

A LDB 93.94/96 defende e garante a todas as crianças com necessidades especiais o direito a educação especial inclusiva que acontece a instituição de educação regular. Portanto, as escolas precisam oferecer serviços especializados para as pessoas portadoras de necessidades especiais na escola regular, pois é dever do Estado garantir isso para as crianças.

Para que aconteça realmente a inclusão, a escola, os professores, os alunos devem saber como tratar o aluno portador de necessidades educativas especiais, pois para cada deficiência existe uma maneira diferente para se tratar esse aluno, ou seja, para o deficiente auditivo é preciso conversar com ele em libras, para o deficiente visual é preciso ensinar o braille, para o deficiente mental trata-lo naturalmente, e por fim para o deficiente físico é necessário procurar ficar na mesma altura para conversar, para evitar que o deficiente fique olhado para cima. Portanto, não importa qual o tipo de deficiência todos devem ser tratados com educação e respeitando suas deficiências.

2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação de educadores deve acontecer de maneira a atender as necessidades dos educandos e esta não deve descartar outras formações, sendo uma formação continuada.

A formação inicial e continuada de educadores deve ser voltada para capacitação dos mesmos para atender as necessidades da sociedade, e desta maneira a formação muda de acordo com as mudanças ocorridas na nossa sociedade e no Brasil, atualmente visa muito à capacitação destes para trabalhar com a diversidade, inclusão e educação especial.

Atualmente em nossa sociedade e na realidade das escolas existem poucos professores regulares que tem formação para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais e desta forma o aluno especial fica excluído dentro da sala de aula com o seu professor de apoio que muitas vezes não tem formação específica para trabalhar com estes alunos, no terceiro capítulo será apresentada uma pesquisa com educadores regular e de apoio de alunos especiais a qual abordará sua formação e metodologias utilizadas com estes alunos.

De acordo com Mantoan (2006) muitos educadores têm resistência à formação para inclusão em serviço e recusa trabalhar com a educação inclusiva por não terem formação. A formação em serviço está relacionada com a formação continuada, a qual está interligada com a sua prática, que o educador busca novos conhecimentos para superar os desafios e atender as necessidades da sociedade a qual a escola faz parte.

A falta de professores especializados é um problema para se incluir os portadores de necessidades especiais na escola regular, pois além de um local adaptado a cada tipo de deficiência, esses alunos também precisam de professores capacitados, por isso a necessidade de programas que ofereçam formação continuada nessa área.

Ainda será discutido no segundo capítulo metodologias que podem ser trabalhadas pelo professores regulares e de apoio com os alunos especiais,

e a partir das bases teóricas e conhecimentos utilizados na construção deste trabalho científico será elaborado uma pesquisa de campo, para ser realizada em uma Instituição de Educação Inclusiva, para podermos analisarmos a educação que estes alunos recebem em nossa cidade.

A pesquisa será realizada por meio da construção de um questionário, o qual será respondido por educadores regentes e de apoio e coordenação.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva:** artigo a artigo. 16.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Constituição da República Federativa do Brasil, 2010.

MANTOAN, Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.